



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUEVEDOS

Estado do Rio Grande do Sul
“O Poder unido é mais forte.”

1993 – 2024

32º de Emancipação Político-administrativa. 31º de Instalação do Município.

**DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS
001/2024.**

A contratação de serviços técnicos por parte da Administração se faz justificável pela necessidade que esta possui em relação à legislação, à agenda de obrigações e de informações técnicas jurídicas, contábeis, de planejamento, fiscais e de gestão imprescindíveis ao gerenciamento diário.

A contratação se justifica, por ser uma empresa que atua na disponibilização de serviços específicos para as necessidades da Administração Pública no Estado no Rio Grande do Sul, atendendo o disposto no Art. 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666, de 1993, a inexigibilidade encontra respaldo no próprio caput do Art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, forte na qualificação da empresa por trabalhos prestados às Prefeituras e Câmaras de municípios gaúchos, com artigos, cursos e palestras proferidas, corpo técnico, trabalhos divulgados e publicados, estrutura de trabalho e experiência comprovada, colocando a inexigibilidade ao abrigo do Art. 24, Inciso II da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Soma-se a isso o dever de o Administrador adotar a metodologia da conveniência e oportunidade diante de critérios técnicos, neste caso, relativos à informação de natureza jurídica, contábil e de gestão governamental, que o levam a decidir pela Empresa em comento.

Considerada a proposta contratual enviada pela Empresa INLEGIS Consultoria e Treinamento (anexa) no valor de R\$ 12.628,63 (doze mil, seiscentos e vinte e oito reais e sessenta e três centavos).

Município de Quevedos, Estado do Rio Grande do Sul, em 2 de Janeiro de 2024. **32º de Emancipação Político-administrativa. 31º de Instalação do Município.**

VER. ADEMAR DA SILVA MILITZ
PRESIDENTE

João Antonio Dias Nágera
Assessor Jurídico – OABRS nº 71.618
PL nº 1, de 2.1.2017

Publique-se.

CJAB – Matr.: 1096

“O Dirigente do Estado deve ter a competência para antecipar os problemas que ele vai enfrentar e, ao antecipar os problemas, remediá-los, não permitindo que o tempo corra a sua autoridade.” – Maquiavel

Rua Manuel Alves Dias, nº 3 - Quevedos/RS - 98.140-000 - Fone/Fax: (55) 3279 1057/1065 - E-mail: cmvqrs@yahoo.com.br

Homepage: www.camaraquevedos.rs.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE QUEVEDOS

Estado do Rio Grande do Sul
“O Poder unido é mais forte.”

1993 – 2024

32ª de Emancipação Político-administrativa. 31ª de Instalação do Município.

Inciso II do Artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993.

Regulamenta o Art. 37, Inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do Inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Art. 57 da Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993

Regulamenta o Art. 37, Inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses. (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

III - (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

V - às hipóteses previstas nos Incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do Art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração. (Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010)

§1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração.

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato.

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração.

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei.

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

§3º É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

§4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o Inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até 12 (doze) meses. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

CJAB – Matr.: 1096

“O Dirigente do Estado deve ter a competência para antecipar os problemas que ele vai enfrentar e, ao antecipar os problemas, remediá-los, não permitindo que o tempo corra a sua autoridade.” – Maquiavel

Rua Manuel Alves Dias, nº 3 - Quevedos/RS - 98.140-000 - Fone/Fax: (55) 3279 1057/1065 - E-mail: cmvqrs@yahoo.com.br

Homepage: www.camaraquevedos.rs.gov.br